

A estratégia da educação financeira na formação escolar: contribuições para o controle do endividamento das famílias brasileiras.

Renata Cristina Moreira de Freitas¹. 0009-0000-8215-3286
Lucimeire Cordeiro da Silva¹; 0000-0001-8166-9803

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.
renata.freitas@foa.edu.org.br

Resumo: O presente artigo teve como objetivo geral analisar o impacto da educação financeira no endividamento das famílias brasileiras, considerando sua inserção no currículo do ensino fundamental e médio. A pesquisa caracterizou-se como exploratória-descritiva, com abordagem mista, utilizando levantamento bibliográfico e aplicação de questionário a 66 respondentes, entre alunos, familiares, professores e gestores. Os dados qualitativos foram tratados por análise de conteúdo e os quantitativos por estatística descritiva, com cálculo de intervalos de confiança pelo método de Wilson. Os resultados indicaram que 68% dos participantes tiveram experiência escolar em instituições públicas e que 92% consideraram muito importante a inclusão da disciplina de educação financeira no currículo. Verificou-se ainda que 82% acreditam que a disciplina pode contribuir para reduzir o endividamento familiar, 66% destacaram a importância de abordar todos os conteúdos (controle de gastos, orçamento, crédito, poupança e investimento) e 72% avaliaram como muito positivo o impacto de uma geração formada com educação financeira sobre a economia futura. Conclui-se que a inserção da educação financeira no currículo escolar apresenta potencial não apenas para a formação individual de cidadãos mais conscientes, mas também para impactos positivos de caráter coletivo e estrutural na economia nacional, reforçando a relevância de políticas públicas nessa área.

Palavras-chave: Educação financeira. Endividamento. Políticas públicas. Cidadania financeira. Currículo escolar

INTRODUÇÃO

Nos anos de 2005 a 2012, observou-se uma expansão significativa do endividamento das famílias brasileiras, acompanhada de uma pequena redução das taxas de juros e de uma utilização regular do crédito, destacando-se especialmente os financiamentos pessoais e imobiliários (Bortoluzzi et al., 2015). Entre 2011 e 2015, esse cenário se intensificou, levando o governo a inserir a educação financeira no currículo escolar como ferramenta essencial para preparar os jovens a lidar com os desafios econômicos da vida adulta.

O relatório da OCDE (2016) reforça esse contexto ao apontar que o Brasil apresenta um baixo nível de alfabetização financeira, com pontuação média de 12,1 em 21, revelando deficiências em conhecimento, comportamento e atitudes financeiras. Apenas 48% da população compreendem conceitos básicos como juros e risco, 36% realizam planejamento financeiro e 37% não conseguiram cobrir seus custos de vida nos últimos 12 meses, sendo que 19% recorreram a empréstimos. Além disso, somente 28% comparam produtos financeiros antes da escolha, o que evidencia fragilidades na tomada de decisão.

Diante do exposto acima, o problema da pesquisa será colocado da seguinte forma: qual o impacto nas famílias brasileiras da adoção da estratégia de inserção da educação financeira no currículo do ensino fundamental e médio?

Para responder ao problema da investigação o objetivo geral será: analisar o impacto da educação financeira no endividamento das famílias brasileiras. Os objetivos específicos serão: identificar as principais fragilidades do conhecimento financeiro dos brasileiros a partir de relatórios internacionais (OCDE, 2016); investigar como a educação financeira foi inserida no currículo escolar em diferentes contextos regionais (Oliveira, 2017); avaliar a importância da educação financeira no desenvolvimento de práticas de poupança e investimento entre estudantes (Cordeiro et al., 2018); analisar os resultados e limitações dos programas governamentais de educação financeira implementados no Brasil (Sousa et al., 2022); examinar como fatores sociais e culturais, como o consumo imediato e o fácil acesso ao crédito, influenciam o endividamento (Damasceno; Freitas, 2024); identificar as atuais iniciativas do MEC

(2024) em parceria com instituições como Banco Central, CVM e Sebrae, no fortalecimento da educação financeira.

O crescente endividamento das famílias brasileiras torna a educação financeira uma necessidade urgente, não apenas para o equilíbrio individual, mas também para a estabilidade econômica nacional. Como destaca a OCDE (2016), competências como compreensão de juros compostos, elaboração de orçamento e prática de poupança ativa são fundamentais para promover o bem-estar financeiro e a resiliência diante de crises. A inserção da educação financeira no currículo escolar é um caminho estratégico para formar cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com desafios econômicos, como reforçam Cordeiro et al. (2018) e Oliveira (2017).

Além disso, os estudos de Sousa et al. (2022) evidenciam que os programas ainda carecem de maior alcance e efetividade, enquanto Damasceno e Freitas (2024) apontam que a sociedade consumista e o uso facilitado de crédito acentuam os riscos de endividamento. Nesse sentido, as iniciativas recentes do MEC (2024), alinhadas à BNCC e à ENEF, têm relevância por ampliar a formação de professores e fortalecer parcerias institucionais que promovem cidadania financeira desde cedo.

Oliveira (2017) evidenciou que metodologias ativas no ensino fundamental em Pernambuco favoreceram reflexões práticas sobre economia doméstica, sonhos de consumo e simulações de decisão, ampliando a consciência financeira dos alunos. Nessa mesma direção, Cordeiro et al. (2018) ressaltaram a importância de integrar a educação financeira às atividades cotidianas, incentivando poupança e investimentos. Entretanto, Sousa et al. (2022) apontaram que, apesar das iniciativas governamentais e privadas, os índices de endividamento permanecem altos, indicando necessidade de maior efetividade e capacitação docente. Complementarmente, Damasceno e Freitas (2024) destacaram que o consumismo aliado à baixa educação financeira agrava o endividamento. Assim, reforça-se a urgência de políticas públicas mais robustas que promovam cidadania financeira.

MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória-descritiva, com abordagem mista (qualitativa e quantitativa). A coleta de dados será realizada por meio de

questionários aplicados a alunos, professores, familiares e gestores. Os dados qualitativos serão analisados a partir da análise de conteúdo, buscando identificar práticas inovadoras e desafios, enquanto os dados quantitativos serão tratados por estatística descritiva.

Cumprе destacar que, por se tratar de pesquisa de opinião pública sem identificação dos participantes, não há necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme disposto na Resolução n.º 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016).

Etapas da Pesquisa

- i. **Levantamento bibliográfico** em artigos, livros e sites especializados, utilizando mecanismos de busca como Google Acadêmico, Scielo e Google, a partir das palavras-chave: *educação financeira, endividamento das famílias, consumismo e ações do MEC para educação financeira*.
- ii. **Construção do instrumento de coleta de dados**, elaborado no Google Forms, contendo cinco questões:
 1. Sua experiência no ensino fundamental e médio foi em escola: pública, privada ou ambas?
 2. Na sua opinião, qual é a importância da inclusão da disciplina de Educação Financeira no currículo escolar?
 3. Você acredita que a educação financeira desde cedo pode contribuir para reduzir o nível de endividamento das famílias brasileiras?
 4. Que aspectos você considera mais relevantes para serem ensinados aos estudantes em uma disciplina de Educação Financeira?
 5. Como você avalia o impacto de uma geração formada com educação financeira sobre a economia do país no futuro?
- iii. **Aplicação do questionário**, de forma aleatória, junto a grupos de estudantes e famílias em redes sociais (WhatsApp).

- iv. **Tratamento dos dados** qualitativos por análise de conteúdo e dos dados quantitativos por estatística descritiva. Para cálculo do intervalo de confiança optou-se pelo uso do intervalo de confiança de Wilson, considerado mais adequado do que o método clássico de Wald, pois apresenta maior precisão em amostras pequenas ou moderadas e evita estimativas fora do intervalo [0;1] (Agresti; Coull, 1998; Triola, 2017).

$$IC = \frac{\hat{p} + \frac{z^2}{2n} \pm z \sqrt{\frac{\hat{p} \times (1 - \hat{p})}{n} + \frac{z^2}{4n^2}}}{1 + \frac{z^2}{n}}.$$

onde: n = tamanho da amostra (66); p[^] = proporção observada e z = valor crítico da distribuição normal para 95% (≈ 1,96)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 66 respondentes, 68% declararam ter estudado em escola pública e 32% em escola privada, sendo que, com 95% de confiança, a verdadeira proporção de experiência em escola pública varia entre 56,2% e 78,2%. Quanto à inclusão da educação financeira no currículo, 92% consideraram-na muito importante e 8% importante, indicando, com 95% de confiança, que ao menos 83,5% e no máximo 96,7% da população pesquisada valorizam fortemente a disciplina, revelando consenso sobre sua relevância.

Ao relacionar a educação financeira desde cedo com a redução do nível do endividamento das famílias, 82% dos entrevistados acreditam que a inserção da disciplina educação financeira pode contribuir para reduzir o nível de endividamento das famílias. 11% acreditam que irão reduzir em parte e 8% acreditam que talvez reduza, dependerá da forma como for ensinada. Com 95% de confiança afirma-se que probabilisticamente, com o intervalo de 70,9% e 89,31% do universo acreditam que a disciplina educação no ensino fundamental e médio podem contribuir para a redução do endividamento das famílias.

Em relação aos aspectos mais relevantes para serem ensinados aos estudantes numa disciplina de Educação Financeira entre as alternativas: Controle de gastos e elaboração de orçamento, uso consciente do crédito e do cartão, poupança e investimento ou todos os itens acima, 66% escolheram todos os itens descritos, 23% optou por controle de gastos e elaboração de orçamento, 8% ficou com poupança e

investimento e 3% uso consciente do crédito e do cartão. O resultado indica que, com 95% de confiança, a verdadeira proporção da população que escolheria “todos os itens” como conteúdo mais relevante para educação financeira está entre 54,7% e 76,8%.

Ou seja:

- Mesmo no cenário mais conservador, mais da metade ($\geq 54,7\%$) da população daria prioridade a todos os conteúdos (controle de gastos, orçamento, crédito, poupança e investimento).
- No cenário mais otimista, quase 8 em cada 10 pessoas ($\leq 76,8\%$) fariam essa mesma escolha.

Isso sugere uma forte preferência pela abordagem integrada da disciplina, em vez de tratar apenas de tópicos isolados.

Em relação a avaliação do impacto que uma geração formada com educação financeira terá sobre a economia no futuro, 72% achou muito positivo pois, poderá gerar menos dívidas e mais investimentos e 28% acha positivo porém, os resultados serão obtidos no longo prazo. Isso significa que, com 95% de confiança, a proporção real da população que considera o impacto “muito positivo” está entre 61% e 82%.

Na prática:

- Mesmo no limite inferior, pelo menos 6 em cada 10 pessoas acreditam fortemente que a educação financeira pode gerar menos dívidas e mais investimentos no futuro.
- No limite superior, essa confiança pode chegar a 8 em cada 10 pessoas.

Esse intervalo reforça uma percepção social robusta e majoritária de que a educação financeira não traz apenas benefícios individuais, mas também efeitos estruturais positivos sobre a economia nacional, fortalecendo o argumento para sua inclusão curricular.

CONCLUSÕES

A pesquisa teve como objetivo geral analisar o impacto da educação financeira no endividamento das famílias brasileiras, partindo do problema de pesquisa: qual o

impacto nas famílias brasileiras da adoção da estratégia de inserção da educação financeira no currículo do ensino fundamental e médio? Os resultados obtidos permitem responder a esse problema, evidenciando que a inclusão da disciplina é percebida pela maioria dos participantes como uma estratégia eficaz para reduzir o endividamento e fortalecer a cidadania financeira.

Quanto aos objetivos específicos, verificou-se, em primeiro lugar, que as fragilidades apontadas pela OCDE (2016) — como baixo conhecimento sobre juros e risco, pouco planejamento financeiro e atitudes de curto prazo, foram confirmadas no estudo, pois os entrevistados reforçaram a necessidade de maior preparo dos jovens para lidar com as finanças. Em segundo lugar, em consonância com Oliveira (2017), observou-se que metodologias ativas aplicadas no contexto escolar ampliam a reflexão dos estudantes sobre práticas de consumo e gestão financeira. Em terceiro lugar, os dados mostraram que 92% dos respondentes consideram muito importante a inclusão da disciplina no currículo, corroborando Cordeiro et al. (2018) sobre a relevância da educação financeira para incentivar a poupança e o investimento.

Além disso, a análise crítica de Sousa et al. (2022) encontra eco nos resultados desta pesquisa, uma vez que, embora já existam programas governamentais, ainda há desafios em sua efetividade e alcance. Da mesma forma, as observações de Damasceno e Freitas (2024) sobre a influência da sociedade consumista e do fácil acesso ao crédito foram confirmadas, indicando a urgência de políticas públicas mais abrangentes. Por fim, verificou-se que as atuais iniciativas do MEC (2024), em parceria com Banco Central, CVM e Sebrae, são reconhecidas como relevantes para ampliar a formação docente e a difusão da cidadania financeira.

Conclui-se que a educação financeira no currículo escolar contribui para o desenvolvimento individual, fortalece competências como controle de gastos e orçamento e pode gerar impactos positivos na economia nacional. Os resultados confirmam sua relevância como instrumento de combate ao endividamento e promoção de uma cultura financeira sustentável. Recomenda-se ampliar pesquisas em diferentes regiões, explorando práticas inovadoras e sua relação com inclusão social para reduzir desigualdades e fortalecer a resiliência.

AGRADECIMENTOS

À FOA/UniFOA pelo apoio financeiro e institucional concedido ao Projeto de Iniciação Científica, cód. 94024/17/RPE, que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGRESTI, A.; COULL, B. A. Approximate is better than “exact” for interval estimation of binomial proportions. *The American Statistician*, v. 52, n. 2, p. 119-126, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016.

TRIOLA, Mario F. *Introdução à Estatística*. 12. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017

BORTOLUZZI, Daiane Antonini et al. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. *Revista Perspectiva*. Rio Grande do Sul, v. 39, n. 146, p. 111-123, 2015.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. da. Educação Financeira no Brasil: Uma Perspectiva Panorâmica. *Ensino da Matemática em Debate, [S. l.]*, v. 5, n. 1, p. 69–84, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>. Acesso em: 4 dez. 2024.

DAMASCENO, Janaina Fernanda Silva; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. Educação Financeira versus Endividamento: atitudes e práticas. *Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino*, v. 8, n. 1, p. 218-246, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uenp.edu.br/index.php/reppe/article/view/1382>. Acesso em: 4 set 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). *Conheça ações do MEC para promover a educação financeira*. Portal Gov.br, 16 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/conheca-acoes-do-mec-para-promover-a-educacao-financiera>. Acesso em: 7 set. 2025.

OCDE, *Pesquisa Internacional OCDE/INFE sobre Competências de Literacia Financeira de Adultos*, OECD Publishing, Paris. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/28b3a9c1-en>. Acesso: 10 ago 2025.

OLIVEIRA, Anaelize dos Anjos. Educação financeira nos anos iniciais do ensino fundamental: como tem ocorrido na sala de aula? Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Matemática e Tecnológica. Universidade Federal de Pernambuco. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32214>. Acesso: 3 dez 2024.

SOUZA, Eliane Alves de; FERREIRA, Ana Carolina; LIMA, João Pedro; OLIVEIRA, Mariana. Desafios da educação financeira como ferramenta de combate ao endividamento no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 3, p. 123-140, 2022. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/19411>. Acesso em: 6 set. 2025.